



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

VI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1991-1992)

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 29 DE MAIO DE 1992

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. António Moreira Barbosa de Melo

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. João Domingos Fernandes de Abreu Salgado

Vítor Manuel Caio Roque

José Mário Lemos Damião

José de Almeida Cesário

### SUMÁRIO

*O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 35 minutos.*

*Deu-se conta da entrada na Mesa do projecto de lei n.º 155/VI e do projecto de resolução n.º 31/VI.*

*Em sessão de perguntas ao Governo, usaram da palavra, além dos Srs. Secretários de Estado Adjunto do Ministro da Saúde (Jorge Pires), dos Recursos Naturais (António Taveira) e Adjunto do*

*Ensino Superior (Alarcão Troni) e dos Srs. Subsecretários de Estado Adjunto do Ministro Adjunto (Amândio de Oliveira) e Adjunto da Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento (Vasco Matias), os Srs. Deputados Vítor Ranita (PCP), André Martins (Os Verdes), António Vairinhos (PSD), Naraña Coissoró (CDS), Paulo Pereira Coelho (PSD) e Luís Filipe Madeira (PS).*

*O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 15 minutos.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 10 horas e 35 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Social-Democrata (PPD/PSD):**

Abílio Sousa e Silva.  
Adérito Soares Campos.  
Alberto Cerqueira Oliveira.  
Alberto Monteiro de Araújo.  
Álvaro José Martins Viegas.  
Ana Paula Matos Barros.  
António Barradas Leitão.  
António Correia Vairinhos.  
António da Silva Bacelar.  
António de Carvalho Martins.  
António do Carmo Malveiro.  
António Esteves Morgado.  
António Fernandes Alves.  
António Germano Sá e Abreu.  
António Maria Pereira.  
António Paulo Coelho.  
António Santos Pires Afonso.  
Aristides Alves Teixeira.  
Arlindo da Silva Moreira.  
Armando Guerreiro da Cunha.  
Arménio dos Santos.  
Belarmino Henriques Correia.  
Bernardino Gata da Silva.  
Carlos Almeida Figueiredo.  
Carlos de Almeida Coelho.  
Carlos Duarte Oliveira.  
Carlos Lopes Pereira.  
Carlos Lélis.  
Carlos Manuel Gonçalves.  
Carlos Miguel de Oliveira.  
Carlos Oliveira da Silva.  
Cecília Pita Catarino.  
Cipriano Rodrigues Martins.  
Delmar Ramiro Palas.  
Domingos Duarte Lima.  
Domingos José Soares Lima.  
Duarte Rogério Pacheco.  
Eduardo Pereira da Silva.  
Elói Franklin Ribeiro.  
Ema Maria Lóia Paulista.  
Fernando Cardoso Ferreira.  
Fernando Correia Afonso.  
Fernando dos Reis Condesso.  
Fernando Gomes Pereira.  
Fernando Marques de Andrade.  
Fernando Monteiro do Amaral.  
Filipe Manuel Silva Abreu.  
Francisco Antunes da Silva.  
Francisco Bernardino Silva.  
Francisco José Martins.  
Guido Orlando Rodrigues.  
Guilherme Rodrigues Silva.  
Hilário Azevedo Marques.  
Isilda Maria Pires Martins.  
Jaime Gomes Milhomens.  
João Alberto Granja Silva.  
João Álvaro Poças Santos.  
João Carlos Duarte.

João de Oliveira Martins.  
João do Lago Mota.  
João Granja da Fonseca.  
João José da Silva Maçãs.  
João José Pedreira de Matos.  
João Salgado.  
Joaquim Cardoso Martins.  
Joaquim Eduardo Gomes.  
Joaquim Fernandes Marques.  
Joaquim Vilela de Araújo.  
Jorge Paulo Roque da Cunha.  
José Alberto Puig Costa.  
José Álvaro Pacheco Pereira.  
José Ângelo Correia.  
José Augusto Silva Marques.  
José Bernardo Falcão Cunha.  
José Borregana Meireles.  
José Coelho dos Reis.  
José Freitas Costa Leite.  
José Júlio Carvalho Ribeiro.  
José Leite Machado.  
José Macário Correia.  
José Mário Lemos Damião.  
José Reis Leite.  
Leonardo Ribeiro de Almeida.  
Luís António Martins.  
Luís Carlos David Nobre.  
Luís Carrilho da Cunha.  
Luís Filipe Pais de Sousa.  
Luís Manuel Costa Geraldès.  
Manuel Acácio Martins Roque.  
Manuel Antero Cunha Pinto.  
Manuel Azevedo.  
Manuel Baptista Cardoso.  
Manuel Castro de Almeida.  
Manuel Lima Amorim.  
Manuel Maria Moreira.  
Maria Conceição Rodrigues.  
Maria da Conceição Pereira.  
Maria de Lurdes Póvoa Costa.  
Maria Fernanda Dias Cardoso.  
Maria José Barbosa Correia.  
Maria Leonor Belcza.  
Maria Luísa Ferreira.  
Maria Manuela Aguiar.  
Mário Belo Maciel.  
Miguel Bento Macedo e Silva.  
Miguel Fernando Relvas.  
Nuno Delerue Alvim de Matos.  
Olinto da Cruz Ravara.  
Pedro Augusto Cunha Pinto.  
Pedro Manuel Cruz Roseta.  
Rui Alberto Limpo Salvada.  
Rui Carlos Alvarez Carp.  
Rui Chancerelle de Machete.  
Rui Fernando da Silva Rio.  
Rui Manuel Lobo Gomes Silva.  
Simão José Ricon Peres.  
Vasco Francisco Miguel.  
Virgílio de Carneiro.  
Vitor Manuel Igreja Raposo.

**Partido Socialista (PS):**

Alberto Arons de Carvalho.  
Alberto Bernardes Costa.

Alberto de Oliveira e Silva.  
 Alberto de Sousa Martins.  
 Alberto Manuel Avelino.  
 Ana Maria Bettencourt.  
 António Alves Martinho.  
 António Correia Campos.  
 António Crisóstomo Teixeira.  
 António da Silva Braga.  
 António de Almeida Santos.  
 António Luís Santos Costa.  
 António Marques Júnior.  
 António Poppe Lopes Cardoso.  
 António Ribeiro Campos.  
 António Ribeiro da Silva.  
 Artur Pereira dos Penedos.  
 Carlos Cardoso Lage.  
 Carlos Manuel Luís.  
 Edite Marreiros Estrêla.  
 Eduardo Ferro Rodrigues.  
 Eduardo Ribeiro Pereira.  
 Eurico José de Figueiredo.  
 Fernando Manuel Costa.  
 Fernando Pereira Marques.  
 Guilherme d'Oliveira Martins.  
 Helena Torres Marques.  
 Jaime José Matos da Gama.  
 João Ferraz de Abreu.  
 João Maria Meneses Ferreira.  
 João Rui Gaspar de Almeida.  
 Joaquim Fialho Anastácio.  
 Joel Eduardo Hasse Ferreira.  
 Jorge Lação Costa.  
 Jorge Paulo Almeida Coelho.  
 José Apolinário Portada.  
 José Ernesto dos Reis.  
 José Manuel da Silva Lemos.  
 José Manuel Lello Almeida.  
 José Manuel Magalhães.  
 José Sócrates de Sousa.  
 Júlio da Piedade Henriques.  
 Laurentino José Castro Dias.  
 Leonor Coutinho Santos.  
 Luís Filipe Madeira.  
 Manuel António dos Santos.  
 Maria Julieta Sampaio.  
 Raul Fernando Costa Brito.  
 Raúl Pimenta Rêgo.  
 Rogério Conceição Martins.  
 Rosa Maria Albernaz.  
 Rui António Ferreira Cunha.  
 Rui Rabaça Vieira.  
 Vítor Manuel Caio Roque.

#### Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião.  
 Apolónia Maria Teixeira.  
 Jerónimo Carvalho de Sousa.  
 João Gonçalves do Amaral.  
 José Manuel Maia.  
 Luís Carlos Martins Peixoto.  
 Maria de Lourdes Hespagnol.  
 Octávio Augusto Teixeira.  
 Vítor Manuel Ranita.

#### Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.  
 Casimiro da Silva Tavares.  
 Manuel Rodrigues Queiró.  
 Narana Sinai Coissoró.

#### Deputados independentes:

Mário Batista Tomé.  
 Raul de Moraes e Castro.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta dos diplomas que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, o projecto de lei n.º 155/VI — Regime geral de acesso ao ensino superior (PSD), que baixou à 8.ª Comissão, e projecto de resolução n.º 31/VI — Assunção de poderes de revisão constitucional (PS).

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos dar início à ordem de trabalhos de hoje, que consta de uma sessão de perguntas ao Governo, que vão incidir sobre as áreas da saúde, dos recursos naturais, do ensino superior, da comunicação social e da matéria orçamental.

Para formular uma pergunta ao Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde sobre a situação do Instituto Português de Oncologia do Porto, tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Ranita.

O Sr. Vítor Ranita (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, ainda recentemente a imprensa deu eco à lamentação do director do Instituto Português de Oncologia do Porto sobre o subfinanciamento daquela estrutura hospitalar, tendo verificado directamente a paralisação das obras de ampliação já iniciadas em internamento e cirurgia naquela estrutura hospitalar.

O mesmo acontece, aliás, com a construção das instalações para doentes em fase terminal que a Liga Portuguesa contra o Cancro pretende entregar ao IPO. Segundo aquilo que apurei, o que está em causa neste caso é a falta de recursos provenientes da aplicação da recolha de donativos pela Liga Portuguesa contra o Cancro, que tiveram de ser desviados para pagar o IVA. Foram 80 000 contos que, tal como estava previsto, não foram utilizados, o que levou o empreiteiro a cessar o seu trabalho.

É neste contexto, Sr. Secretário de Estado, que lhe peço que me esclareça as questões que lhe vou colocar.

Primeira, qual o interesse e o valor atribuído pelo Governo aos institutos de oncologia no tratamento destas doenças?

Segunda, qual o papel que o Governo atribui aos hospitais gerais no tratamento destas doenças? É um papel de substituição dos IPO ou de complementaridade?

Terceira, atendendo ao aumento anual dos casos de doenças do foro oncológico, que se situa entre os 18 % e os 22 %, tendo em conta as volumosas verbas que são necessárias para o tratamento destas doenças, o papel que os institutos de oncologia continuam a desempenhar no campo da investigação e, por outro lado, os motivos que estão na origem da paralisação das obras já iniciadas, seja as de ampliação dos blocos de internamento e cirurgia, seja as de apoio e internamento dos doentes em fase terminal, consideramos que é necessário que o Governo assegure as

verbas indispensáveis ao rápido prosseguimento das mesmas.

Neste sentido, a pergunta que lhe faço é esta: vai o Governo tomar tais medidas? De que forma e quando?

**Vozes do PCP: — Muito bem!**

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde (Jorge Pires): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Vítor Ranita, gostaria de iniciar a minha resposta reconduzindo a questão de fundo que V. Ex.<sup>a</sup> aqui colocou sobre o problema oncológico a nível nacional à sua verdadeira dimensão e situando-a dentro do seu verdadeiro contexto, que, aliás, é indissociável.

Quero agradecer ao Sr. Deputado a oportunidade que me deu com a questão que levantou para esclarecer dois pontos, que estão, efectivamente, interligados: em primeiro lugar, o da política oncológica a nível nacional, que é uma das políticas prioritárias do Ministério da Saúde e que está a ser implementada com grande sucesso (o que, aliás, tem sido reconhecido por todos os técnicos ligados à área da oncologia); em segundo lugar, o da questão que foi recentemente levantada pela comunicação social e que tem a ver com o IPO do Porto.

Gostaria, assim, de situar estes dois pontos na sua verdadeira dimensão.

A situação do IPO do Porto só pode ser devidamente equacionada e analisada no âmbito, quer espacial quer temporal, da concretização do referido plano oncológico que há pouco referi.

A política do Ministério da Saúde para o IPO do Porto existe como uma parte do plano oncológico nacional, pelo que a filosofia da sua implementação é eminentemente nacional, porque visa, gradual e integralmente, aumentar e reforçar, em todo o País, a vigilância e o tratamento oncológico.

Antes de responder às questões que levantou sobre o IPO do Porto, gostaria de recorrer a uma publicação que já foi distribuída — *Plano Oncológico Nacional* — e referir quais são os objectivos que se pretendem alcançar com este plano oncológico nacional.

Em primeiro lugar, pretende-se reduzir em 15 % a projecção que está feita para a percentagem que no ano 2000 teremos de doentes oncológicos. E qual foi a estratégia adoptada no plano oncológico nacional para atingir este fim? Chegou-se à conclusão de que o cancro é uma doença cujas causas estão efectivamente relacionadas com o estilo de vida do homem.

Estabeleceu-se, pois, uma estratégia, onde se focaram essencialmente os seguintes pontos: primeiro, a questão do rastreio do cancro, sobretudo do cancro do colo do útero e da mama; segundo, a melhoria das acessibilidades, estabelecendo, efectivamente, uma política de coordenação a nível nacional dentro da oncologia; terceiro, a tentativa de os centros regionais de oncologia passarem a ser as instituições que, a nível nacional, façam a coordenação de todo este trabalho, de todas estas tarefas; por último, a tentativa de a nível nacional se criarem unidades de alta tecnologia diferenciada, de diagnóstico e tratamento, fazendo sempre uma avaliação económica prévia.

Para além disto, há dois aspectos que consideramos extraordinariamente importantes e que são os da formação e os da investigação.

No campo da formação estabeleceu-se um programa que tenta abranger não só os clínicos gerais como também os enfermeiros e pessoal técnico de diagnóstico e tratamento (aliás, neste momento há já vários cursos a funcionar); na área da investigação já foi atribuída uma verba para este ano, para além de, neste momento, estarem em curso diversos investimentos, ao nível dos IPO de Lisboa e do Porto, em áreas que se destinam precisamente à investigação.

Este plano oncológico nacional tem um programa de acção que se situa entre 1990 e 1994, atendendo a que é precisamente na prevenção primária, no rastreio e na detecção precoce que se consegue, efectivamente, a maior percentagem de sucesso nesta área. Assim, tivemos em atenção problemas como a nutrição, o tabaco, o ambiente ocupacional. Mas, repito, a principal preocupação incide na área do rastreio. Posso dizer-lhe, por exemplo, que, no caso concreto do Norte de Portugal, o rastreio do colo do útero e da mama, que inicialmente era apenas de 2 %, já atingiu um valor de quase 30 %.

Quanto ao IPO do Porto, é uma unidade que tem uma lotação de 209 camas, com 55 000 dias de internamento, com cerca de 7500 doentes saídos, com uma demora média de 7,4 dias, com uma taxa de ocupação entre 72 % e 73 % e com um número de consultas anual entre as 124 000 e as 125 000. Isto significa que, se compararmos o crescimento havido com o relativo ao ano anterior, verificamos que nos casos das consultas ele anda à volta dos 2,4 % e o número de doentes saídos é de 5,4 %.

Ainda em relação ao Instituto Português de Oncologia do Porto, quero dizer-lhe que tem cerca de um terço dos novos doentes oncológicos registados na zona norte do País.

Estou, portanto, a responder-lhe a uma parte da sua pergunta relacionada com o papel dos hospitais. Efectivamente, pretendemos criar a nível nacional uma matriz cobertura em que os IPO serão as unidades de coordenação de tratamento diferenciado e os hospitais centrais e distritais pequenas unidades de oncologia. Neste momento, no Norte, o IPO do Porto cobre um terço das novas consultas, pertencendo os outros dois terços a outras unidades hospitalares.

Posso afirmar que nas outras unidades não há listas de espera no domínio da cirurgia e que há já uma maior procura do IPO do Porto. Ao nível do rastreio, já lhe referi que tem sido implementado com grande sucesso.

Vamos falar agora um pouco da tecnologia que neste momento está instalada no IPO do Porto. Posso dizer-lhe que, ao nível de equipamentos de radiologia, fizemos um investimento recente de cerca de 2,5 milhões de contos. O IPO está dotado com uma ressonância magnética, um TAC, uma mamografia e com equipamentos para radiologia, intervenção e angiografia.

Ao nível de equipamentos de radioterapia, fizemos também investimentos que variam entre 2 milhões e 2,5 milhões de contos, essencialmente em unidades de doseometria computadorizada, dois aceleradores lineares — está neste momento em processo de aquisição um terceiro, equivalendo a um investimento de cerca de 600 000 contos — e bombas de cobalto. Existe também um laboratório sofisticado, embora funcione em instalações provisórias, e para o ano dar-se-á início à construção de um novo edifício. É uma unidade com blocos equipados com cirurgia *laser* e lateroscópica, além de equipamentos completos de rádio-isótopos e unidades de transplante de medu-

la — aliás, quero salientar que é a única que existe fora de Lisboa.

Portanto, é uma unidade que está extraordinariamente bem equipada e em que se estão a fazer, neste momento, investimentos que ultrapassarão os 5 milhões de contos, com a construção de um novo edifício, com oito salas de operações, com unidades de cuidados intensivos com 10 camas, uma unidade de diálise com 12 postos, 44 camas particulares e, para além das 200 camas que tem neste momento, mais 347 camas, juntamente com lavandarias novas, cozinhas, etc. É, pois, uma instituição que está a ser extraordinariamente bem dotada.

Queria salientar, entretanto, que os IPO tiveram o ano passado um crescimento de 32,9 % no seu orçamento e que, este ano, só o IPO do Porto — que foi a unidade que mais cresceu — teve um crescimento de 25 %.

Quanto à obra que está a ser feita pela Liga Portuguesa contra o Cancro, como sabe, não é uma iniciativa do Ministério da Saúde. A Liga Portuguesa contra o Cancro pediu-nos, efectivamente, suporte, mas trata-se de uma instituição independente do Serviço Nacional de Saúde e ela própria assumiu a responsabilidade da construção. Se teve problemas de pagamentos do IVA, esse é um problema que a Liga Portuguesa contra o Cancro tem de tentar resolver. Efectivamente, pela nossa parte tentaremos ajudar.

**Vozes do PCP:** — Mas os 80 000 contos em IVA deviam ser considerados!

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Ranita.

**O Sr. Vítor Ranita (PCP):** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, peço desculpa, mas não consegui perceber, no largo tempo de que V. Ex.<sup>a</sup> dispôs, qualquer resposta às perguntas concretas que formulei. Terá sido por dificuldade minha? Creio que não.

De facto, V. Ex.<sup>a</sup> gastou bastante tempo para valorizar o programa oncológico nacional. Agradeço-lhe, pois já o conhecia, mas não era essa a questão. Falou num conjunto de generalidades e dos equipamentos instalados, mas também não era essa a questão que levantei.

A questão que coloquei residia em saber que medidas, em concreto, pensa o Governo tomar — ou se já as tomou —, no sentido de agir e garantir o recomeço das obras que já referi. Sr. Secretário de Estado, isso ficou por responder.

Relativamente à questão das obras que são da responsabilidade da Liga Portuguesa contra o Cancro, entendemos que a resposta não tem em consideração a importância social que representa a necessidade de existirem estruturas que garantam o apoio e o internamento aos doentes em fase terminal. Isto tem a ver com a vertente humana do apoio a esses doentes e esta questão está por responder. De facto, se o Governo, através de uma disposição sua, resolveu arrecadar 80 000 contos das verbas que seriam necessárias para garantir a finalização dessa obra, tem condições para tomar outra medida no sentido de compensar a Liga com, pelo menos, igual volume de dinheiro.

Era esta a questão que pretendia conhecer — e se já está em consideração —, ou seja, como vai ser implementada e como vai ser garantida essa contribuição à Liga Portuguesa contra o Cancro.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde.

**O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado, em primeiro lugar queria esclarecer que não há qualquer obra do Ministério da Saúde que esteja parada neste momento. O que está a ser referido é uma obra que foi da responsabilidade da Liga Portuguesa contra o Cancro, que nada tem a ver com o Ministério da Saúde, e essa instituição, neste momento, encontra-se perante um determinado tipo de dificuldades que deviam ter sido previstas quando se decidiu lançar a obra.

Louvo e aprecio as instituições de solidariedade social que tentam, efectivamente, ter uma acção importante no campo social, mas o Governo e o Ministério da Saúde, concretamente, têm o seu plano de investimento através do PIDDAC. Se uma qualquer instituição decide, de moto-próprio, iniciar uma obra, que responsabilidade é que tem o Ministério da Saúde ou outra entidade governamental por decisões tomadas por instituições particulares?

No caso concreto, posso dizer-lhe que a obra que está a ser feita tem cerca de 46 camas, e para dar uma ideia, posso, inclusivamente, dizer-lhe que o custo de cada cama é de 20 000 contos. Isto devia ter sido pensado, pois estamos a construir hospitais por metade do preço, como sabe.

Estas questões deviam ter sido ponderadas e pensadas.

**Vozes do PCP:** — E os 80 000 contos do IVA!

**O Orador:** — Não estamos a falar de IVA, mas do caso concreto de uma obra que foi feita pela Liga Portuguesa contra o Cancro, que é uma entidade com quem mantemos relações cordiais e de colaboração.

Dentro do possível, posso dizer-lhe — isto já foi dito à Liga — que a partir do nosso orçamento, que tem uma planificação que não pode ter desvios, tentaremos efectivamente colaborar. Não podemos é assumir uma responsabilidade por uma coisa que não nos pertence.

Quanto às verbas que o Sr. Deputado focou, quero dizer que temos neste momento, em termos de exploração para os IPO, cerca de 10,5 milhões de contos — isso consta dos orçamentos. Aliás, como sabe, ao nível do PIDDAC tivemos no ano passado 2,5 milhões de contos. Houve um reforço que foi dado extra-PIDDAC de 627 000 contos e este ano estão previstos, com as verbas do tabaco, cerca de 3 milhões de contos para obras.

**O Sr. Presidente:** — Para formular uma pergunta ao Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais, tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.

**O Sr. André Martins (Os Verdes):** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais, a lagoa Azul situa-se no concelho de Sintra, em plena área de paisagem protegida. Constitui no meio envolvente um ecossistema natural de inegável valor paisagístico e interesse cultural.

Como recurso hídrico constitui ainda a base de alimentação da barragem da Atorsela, onde se situa a captação de água para abastecimento público da zona oeste do concelho de Cascais.

Nos últimos três anos verificou-se que o nível das águas na lagoa vinha baixando, impedindo que a água transbordasse para a ribeira da Penha Longa, que abastece a barragem da Atorsela.

No passado mês de Abril, os vereadores da CDU das Câmaras Municipais de Cascais e Sintra detectaram uma conduta que desviava a água da principal nascente de superfície que abastecia a lagoa Azul para uma propriedade privada onde tem estado a ser implantado um empreendimento turístico, em cujo projecto têm sido detectadas várias irregularidades de ordem legal.

Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais, tem ou não conhecimento de toda esta situação? Se tem, desde quando? E, neste caso, o que é que está a ser feito para repor esta situação de ilegalidade premeditada?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais.

O Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais (António Taveira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado André Martins, praticamente de 15 em 15 dias venho aqui ao Parlamento responder a perguntas dos Srs. Deputados e sempre tive a oportunidade de salientar a relevância das questões que o Sr. Deputado normalmente coloca e até de o cumprimentar pela atenção com que acompanha a situação. Infelizmente, neste caso particular, não posso comungar do mesmo tipo de opinião, porque a questão que hoje me coloca é de uma importância reduzidíssima e foi muito mal apresentada. Se me permite, gostava de começar por lhe citar dois documentos.

Em 1792 houve um conflito em Sintra, envolvendo os monges da Penha Longa e um desembargador do Paço, que dava pelo nome de João Xavier Telles de Sousa, proprietário da Quinta de Allencourt, que tinha a ver com a concessão e a utilização das águas na serra de Sintra. Nessa ocasião, os monges da Penha Longa enviaram uma petição à rainha, ao tempo D. Maria, em que apresentavam a seguinte argumentação: «São possuidores das nascentes junto ao Mosteiro da Pena e respectivas levadas de água até à Penha Longa, por alvará de D. João I, de 1390.» Ou seja, como sabe, pela legislação em vigor em Portugal, desde o século passado, as águas particulares — e são consideradas particulares enquanto estão dentro da mesma propriedade, porque a partir do momento em que transbordam para uma nova propriedade deixam de ser particulares — são-no, excepto se houver contratos específicos ou alguns regimes de concessão entre os proprietários envolvidos. Desconhecemos se existe algum tipo de contrato ou algum tipo de conflito de natureza contratual em torno desta questão, mas, se o há, o local próprio para ele ser resolvido — porque se trata de um diferendo entre vizinhos — não é a Assembleia da República nem o Governo, mas sim os tribunais.

De qualquer maneira, Sr. Deputado, permita-me que, com o devido respeito, lhe diga que a questão talvez esteja mal equacionada à partida. O que se passa é que existe uma nascente de onde partem duas levadas: uma, que transporta água para a chamada lagoa Verde, que se insere dentro da propriedade de Aoki; outra, que transporta água para a lagoa Azul, que está a montante do sistema que referiu. Estas duas levadas existem pelo menos desde 1792. Simplesmente, enquanto a levada que conduz à

lagoa Azul é um mero canal e está sujeita a todo o tipo de obstruções, a levada que conduz à lagoa Verde foi alvo de recentes obras, que melhoraram a capacidade de escoamento. Acontece que essas obras, foram feitas sem autorização — porque mesmo nas águas particulares é preciso autorização para intervir — e a Direcção-Geral dos Recursos Naturais notificou a empresa no sentido de que ela repusesse a situação anterior. É isto, Sr. Deputado, o que tenho a dizer sobre o assunto.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, lamento não estar de acordo consigo, mais uma vez.

Embora reconheça que em determinadas circunstâncias se possa dizer que este desvio de águas é uma questão entre vizinhos, lamento que aqui, na Assembleia da República, tenha repetido as mesmas afirmações que fez à comunicação social. É que, em meu entender e no de quem conhece, há vários anos, aquela situação, não se trata de facto de uma questão entre vizinhos.

Apesar de o tempo ser pouco, Sr. Secretário de Estado, permito-me dar-lhe alguns exemplos e questioná-lo sobre estes aspectos.

De facto, há uma nascente em propriedade privada, mas ela fica a quatro ou cinco metros da lagoa Azul e abastece-a durante todo o ano.

Ora, sendo assim, a lagoa Azul é, ou não, um elemento natural classificado de interesse público e, portanto, situado numa área protegida? Este facto merece, ou não, uma classificação e uma atenção por parte de quem tem responsabilidades, designadamente a administração da área protegida, a Direcção-Geral dos Recursos Naturais, o Serviço Nacional de Parques e, naturalmente, a Secretaria de Estado dos Recursos Naturais? Esta questão merece, ou não, atenção? Isto, para que V. Ex.<sup>a</sup> pondere se esta é, ou não, uma questão entre vizinhos.

O Sr. Secretário de Estado acabou por reconhecer que, recentemente, houve uma reparação. Mas acontece que a canalização que, há alguns anos, abastecia a casa de uma guarda deixou de existir. E quando os senhores japoneses decidiram fazer os campos de golfe na propriedade que adquiriram e no tal empreendimento turístico de duvidosa legalidade, em termos de projecto e de obras, eles entenderam que podiam desviar a água — que é necessária para o abastecimento da lagoa e, portanto, classificada de interesse público — para fazer a rega dos campos de golfe. Inclusive, alargaram aquilo a que chamou a lagoa Verde — agora assim chamada para fins de promoção publicitária, mas que, anteriormente, tinha a designação de lagoa Pequena —, abastecendo-a e conseguindo, desse modo, fazer a rega dos campos de golfe nessa propriedade.

Ora, apesar dos problemas legais que envolvem as obras que estão a ser levadas a cabo nessa propriedade, tendo em conta o projecto que foi aprovado pelas entidades competentes, e apesar de o Governo saber que esta ilegalidade estava a ser cometida, lesando o interesse público e o património nacional, o Sr. Primeiro-Ministro não deixou de ir inaugurar este campo de golfe, nessas condições.

Como é que o Governo e, designadamente, o Primeiro-Ministro vão dar a «bênção» a estes empreendimentos — em que, de facto, existem várias ilegalidades que podem ser demonstradas; aliás, o próprio Ministério do Planeamento e da Administração do Território promoveu uma au-

dição jurídica relativamente a este empreendimento — e vão participar numa coisa destas, sabendo das ilegalidades que aí são cometidas?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais.

O Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais: — Sr. Presidente, Sr. Deputado André Martins, quero começar por referir que há duas coisas inquestionáveis neste processo, que de alguma maneira abordou marginalmente na sua intervenção, mas que, creio, constituem a sua principal preocupação.

Em primeiro lugar, é uma opção clara e inequívoca do Governo — e isso manifesta-se na prática pelas políticas em curso — atrair o investimento estrangeiro de qualidade, estruturante e que tenha impacto fundamental no desenvolvimento do País. Sei que temos uma divergência profunda a este nível — os senhores são contra o investimento estrangeiro, não o querem; provavelmente até são contra o investimento em termos gerais.

Em segundo lugar, e aqui também existe uma divergência entre nós, é que não há, como referi, a menor ilegalidade no processo de licenciamento do empreendimento da Quinta da Penha Longa. Já expliquei que se trata de um projecto global, que como tal foi aprovado, podendo haver acertos a fazer em relação a alguns dos projectos que constituem o projecto global. No entanto, na globalidade, nos seus índices de construção, na volumetria, no tipo de equipamentos que o constituem, na organização do espaço desses equipamentos, o empreendimento está aprovado, licenciado, pelas câmaras municipais, pela área de paisagem protegida, pela Direcção-Geral de Ordenamento do Território, pela Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo e pela Direcção-Geral de Turismo. Não há mais nenhuma entidade que possa invocar, pois estão todos de acordo. Se fizer questão em conhecer isso, poder-lhe-ei mandar uma acta assinada e posteriormente homologada pelos respectivos executivos municipais e pelos Secretários de Estado que tutelam estas direcções-gerais, quanto à legalidade do licenciamento em causa.

Em terceiro lugar, penso que vos contaram mal esta história!

O Sr. Deputado tem toda a razão quando diz que uma lagoa com as características da lagoa Azul é um elemento essencial do património natural numa área como a de Sintra-Cascais. Nunca eu poderia questionar esta questão, mas o que penso é que o desnível relativo das águas — e tenho documentação fotográfica que lhe posso deixar, se entender por relevante —, face ao nível habitual, não é significativo, tem a expressão normal de um ano em que, como sabemos, a pluviosidade tem sido menor.

Além disso, no momento em que a empresa cometeu uma ilegalidade, que foi actuar sem autorização prévia, foi notificada para parar e para repor a situação, e isso está compelida a fazer.

Em último lugar, devo dizer-lhe que o assunto, nos seus contornos, na sua globalidade, não justifica esta questão. Se o Sr. Deputado quiser saber mais pormenores sobre o licenciamento da Quinta da Penha Longa, estou naturalmente disponível e terá oportunidade de fazer novas perguntas.

Todavia, uma coisa que é inquestionável para nós, e que provavelmente não o é para si, é que consideramos muito bem vindo para Portugal aquele tipo de investimento.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado André Martins pediu a palavra para que efeito?

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Para defesa da consideração, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, vou dar-lhe a palavra, mas gostaria que a enquadrasse perfeitamente no direito regimental de defesa da consideração, pelo que esteja atento à sua intervenção. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Presidente, com o devido respeito que merece, julgo que, de acordo com o Regimento, tenho direito...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, já lhe dei a palavra para esse efeito. O que não quero é que a use para uma segunda ou terceira intervenção, porque isso não é regimental. Aliás, foi nesse sentido que o admoestei, pois não vou deixá-lo fazer uma terceira intervenção.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Presidente, utilizarei devidamente a figura regimental da defesa da consideração.

Sr. Secretário de Estado, este pedido de defesa da consideração tem a ver com a sua afirmação de que Os Verdes são contra o investimento estrangeiro ou qualquer tipo de investimento. Certamente isso são palavras ditas de uma forma irreflectida, que não podíamos deixar passar em claro aqui na Assembleia da República.

Sr. Secretário de Estado, o que somos contra, e de uma vez por todas para que fique bem claro, é que, seja investimento nacional ou estrangeiro, devem ser cumpridas as regras e a legalidade.

Permita-me que lhe diga que são múltiplos os exemplos, aliás, têm-los trazido aqui à Assembleia da República, em que, designadamente, o Ministério do Ambiente e Recursos Naturais não cumpre a própria legislação que faz sair, para que os cidadãos possam proceder de acordo com os interesses nacionais.

Estas são as questões com as quais não estamos em sintonia com o Governo. Daí as nossas mais profundas críticas, que não deixaremos de fazer relativamente aos procedimentos que são feitos.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, queira cingir-se apenas à figura regimental para a qual está a usar da palavra.

O Orador: — Sr. Presidente, peço desculpa, mas julgo que ainda não infringi aquilo que é, no meu entendimento, a defesa da consideração.

Sr. Secretário de Estado, quero ainda dizer-lhe que nem todas as entidades que referiu aprovaram o projecto, principalmente no que está a ser posto em prática, porque ele foi aprovado em condições diferentes. O pré-projecto que foi apresentado e aprovado já não é o mesmo que está a ser posto em prática.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado, solicitando-lhe que também tenha atenção ao tempo regimental.

O Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais: — Sr. Deputado André Martins, estou constantemente sujeito, por cada resposta minha, às suas defesas da honra. Não o sabia tão susceptível, mas tenho que insistir que não

retiro uma linha do que disse, fazendo-lhe um desafio, porque julgo que o processo de pergunta e resposta tem dois momentos fundamentais: a crítica, o comentário ou o pedido de esclarecimento e a resposta.

Portanto, Sr. Deputado, julgo que a resposta foi clara, muito mais clara e muito mais fundamentada do que a crítica que foi feita!

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta ao Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais, sobre o abastecimento de água no Sotavento algarvio, tem a palavra o Sr. Deputado António Vairinhos.

O Sr. António Vairinhos (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário de Estado: O principal estrangulamento que se coloca ao desenvolvimento sócio-económico do Algarve é precisamente o factor água.

A insuficiência deste recurso, associada à ineficiência na sua gestão, tem condicionado fortemente, desde há várias décadas, a expansão das suas principais actividades económicas: a agricultura e o turismo.

A agricultura algarvia tem sido limitada pela concorrência do turismo no que se refere à utilização dos solos e da mão-de-obra. No entanto, o seu primeiro factor limitativo tem sido a indisponibilidade de água para rega, originada por um não aproveitamento dos recursos hídricos superficiais.

O turismo é, por excelência, um sector altamente consumidor de água por duas ordens de razões: o crescente aumento do parque hoteleiro e para-hoteleiro; o crescimento exponencial da rede de infra-estruturas de apoio à actividade turística, com elevada utilização de água.

Esta situação justifica plenamente a urgente conclusão dos sistemas de barragens do Sotavento e Barlavento, velha aspiração da população algarvia.

No que concerne ao sistema do Sotavento (Odeleite/Beliche) foi recentemente iniciada a fase correspondente à construção da barragem de Odeleite, ao túnel Beliche/Odeleite, a adutora da estação de tratamento de águas de Tavira e as adutoras para abastecimento público a toda esta vasta sub-região.

Este empreendimento, que ascende a 23 milhões de contos, contempla ainda a rede de rega primária, permitindo, assim, o desenvolvimento do regadio.

Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais, sendo esta obra vital para o Sotavento algarvio, qual a calendarização prevista para a conclusão das suas diferentes fases?

Sendo urgente a implementação do regadio, nesta vasta zona agrícola, quais os projectos que irão ser contemplados na designada rede primária, que área irá ser alvo de intervenção e para quando terão os agricultores a água disponível?

Sabendo-se que competia à Associação de Municípios do Sotavento a construção da ETA de Tavira, quais os motivos que obrigaram a administração central a assumir tal responsabilidade?

Considerando ainda que um eficaz funcionamento e manutenção do sistema é fundamental para a sua plena utilização, a quem competirá, no futuro, a sua gestão?

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ambiente e Recursos Naturais.

O Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais: — Sr. Deputado António Vairinhos, gostaria de começar por lhe dizer que consideramos que, no âmbito de uma política de ambiente, é fundamental ter uma política consequente a nível do chamado ciclo da água, entendendo, por isso, quer a política de gestão da água como recurso hídrico quer a política de utilização da água, sobretudo nos seus três níveis fundamentais: a utilização da água para o abastecimento às populações; a utilização da água como factor de produção, essencialmente para a agricultura; e a utilização da água para outras actividades como a indústria e a produção de energia.

Dentro deste domínio, a utilização de água pela indústria já está bastante organizada no que diz respeito à sua captação e utilização, mas está ainda muito pouco organizada no que diz respeito a posterior tratamento.

De facto, no que se refere à agricultura, existe alguma procura de água em Portugal, mas há ainda um longo caminho a percorrer no domínio das novas políticas agrícolas, sobretudo no que se refere ao abastecimento de água, que é uma questão fundamental. Penso mesmo que esta é uma missão de Estado, quando se refere a distribuição de água em qualidade e quantidade às nossas populações e à posterior recolha e tratamento dos efluentes líquidos gerados. Trata-se de uma prioridade que tem de ser concretizada a dois níveis: o de, o mais rapidamente possível, dar satisfação às necessidades das populações e o de garantir que essa satisfação seja feita com estabilidade no espaço e no tempo.

Da análise que é possível fazer, julgo que não choca a ninguém se disser que, do ponto de vista espacial, emergem como prioridades nacionais as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, as suas áreas envolventes e o Algarve. Porquê? Porque são zonas onde o abastecimento domiciliário tem uma relevância directa e imediata, do ponto de vista social, e onde o abastecimento de água é indispensável para a realização dos processos de desenvolvimento que aí estão em curso. Ora, no Algarve dá-se este «casamento» feliz, uma vez que os sectores do turismo e da agricultura precisam de enormes quantidades de água.

Assim, estrategicamente, concebeu-se para todo o Algarve um plano de abastecimento e de gestão integrada de recursos hídricos que possibilitasse que a água fosse utilizada nos vários fins para que é procurada. Aqui cabe uma palavra de elogio muito especial aos agricultores algarvios, porque são, com certeza, a nível de todo o país, aqueles que mais consciente e mais capazmente utilizam a água da maneira mais produtiva. Daí a relevância de lhes fornecer tanta água quanto a que é possível, pois são agricultores que sabem utilizá-la bem.

Portanto, este projecto, concebido exactamente nos termos em que V. Ex.<sup>a</sup> o referiu, procura preencher para o Sotavento algarvio estes objectivos de política.

No que respeita ao projecto, concretamente, diria que, do ponto de vista da área regada, cerca de 11 000 ha vão ser regados, mas, neste momento, através de pequenas alterações ao projecto, penso que temos condições para conseguir regar cerca de 200 000 ha, o que, do ponto de vista da qualidade, tem um significado muito especial.

Relativamente ao abastecimento de água, o projecto tem também os contornos que referiu, mas é importante frisar que temos consciência de que estamos em presença de uma situação clara de diferenciação de um sistema em alta e um sistema em baixa. Isto é, vamos ter um macrossistema



de captação e de distribuição da água, que vai fornecer a água aos municípios.

Assim, faz sentido que este macrossistema, ou seja, este sistema integrado de distribuição em alta seja gerido como um todo coerente.

Sr. Deputado, o Governo também está preocupado com o facto de estarmos a investir qualquer coisa como 23,5 milhões de contos neste projecto e, por isso, não é aceitável que a um projecto como este não sejam garantidas condições de viabilidade e que não venha a funcionar em termos que satisfaçam os fins a que se destina.

Nesta conformidade, nas possíveis reuniões que tenho tido com a Associação de Municípios do Sotavento Algarvio — e penso que, hoje, esta é uma matéria consensual entre as autarquias e o Governo —, optámos por dar passos no sentido da criação de uma situação empresarial a quem pudesse ser concessionada a exploração do sistema, com garantia de que, no quadro desta situação empresarial, atingiríamos *plafonds* de qualidade, de administração e de gestão do ponto de vista económico, financeiro e técnico.

Foi neste quadro que o Governo optou por chamar a construção da ETA à responsabilidade da administração central, para que este bloco de distribuição em alta fosse, todo ele, um bloco coerente e articulado.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Vairinhos.

O Sr. António Vairinhos (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais, é evidente que a sua resposta contemplou a globalidade das questões que lhe coloquei, mas há uma, em particular, com a qual não fiquei satisfeito.

Do conhecimento que tenho e de conversas havidas com muitos responsáveis em termos regionais, parece estar subentendido que houve algumas hesitações por parte da Associação de Municípios que levaram a que a administração central assumisse a responsabilidade pela construção da ETA de Tavira. Gostava que comentasse se este facto, que é corrente no Algarve, tem ou não algum fundamento.

Uma vez que o Sr. Secretário de Estado considerou o Algarve como uma zona prioritária em matéria de gestão de recursos hídricos, aproveito a oportunidade para lhe colocar, muito claramente também — e metendo aqui o meu dedo no Barlavento —, a seguinte questão: para quando é que teremos a barragem do Funcho a funcionar? Sabemos que tem havido algumas dificuldades, que são normais num projecto desta envergadura, mas gostava de saber quando é que a vamos ter a funcionar para podermos utilizar a água que tanta falta faz também a esta zona do Algarve.

Como este sistema está todo interligado, perguntava-lhe também, tendo em conta que a barragem do Funcho não resolve a totalidade dos problemas — anda até muito longe disso —, que na zona do Barlavento a barragem do Odelouca é fundamental para o desenvolvimento de Algarve e que precisamos de completar este sistema de barragens, qual é o calendário previsível ou que ideias concretas é que existem sobre o avanço da barragem de Odelouca.

Por outro lado, se há esse princípio subjacente à gestão do sistema do Sotavento, pergunto-lhe se o vai colocar também em termos de gestão do sistema global e quem é que o fará. Continuará a ser essa solução, em termos priva-

dos, para a manutenção e funcionamento do sistema, com o qual concordo inteiramente? Pensa que essa é a solução mais adequada ou poderá haver, no âmbito de uma eventual associação de municípios ou até no âmbito geral do Algarve, a intenção de vir a gerir este sistema?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais.

O Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais: — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Vairinhos, começava pela última parte das questões que me colocou, dizendo que, efectivamente, o Algarve tem condições, no âmbito deste plano director para abastecimento de água, para ter, em última instância e a prazo, um único sistema a funcionar.

Se pensarem na estrutura hidrográfica do Algarve, temos no Sotavento o sistema de Odelcete/Beliche e no Barlavento o sistema Funcho/Odelouca. Estes dois sistemas têm possibilidades de, digamos, terem um adutor longitudinal, ao longo de todo o Algarve, que possibilite, por um lado, uma gestão integrada de todo o abastecimento de água ao Algarve e, por outro, a garantia de que este abastecimento de água é perene, no espaço e no tempo, e independente de outros investimentos.

Portanto, nessa lógica, e como o Sr. Deputado referiu muito bem, a barragem de Odelouca é uma peça fundamental do sistema, até porque, relativamente ao sistema do Barlavento, gostava de informar que não só temos os projectos prontos para a grande adutora como temos pronto o projecto da ETA, que vai ficar em Silves, se não estou em erro, a partir do qual vai ser processada a distribuição de água.

Estamos a concluir com grande rapidez o projecto de Odelouca e, manifestamente, no decorrer do próximo ano iniciaremos a construção da barragem.

Penso que temos condições excelentes para ter todo o sistema algarvio a funcionar em finais de 1995, porque, mesmo que a barragem de Odelouca ainda não esteja pronta — e não estará por certo —, o sistema do Sotavento, a funcionar associado ao sistema do Barlavento, mesmo que só baseado no Funcho, terá condições para possibilitar a gestão do sistema e a sua intervenção eficaz.

Manifestamente que, do plano dos princípios, é hoje líquido que, para as autarquias — para as do Algarve e para as das outras zonas do País, salvo uma ou outra excepção —, as soluções empresariais no domínio da gestão da distribuição de água — gestão entendida no seu sentido mais amplo, ou seja, uma gestão economicamente orientada, tecnicamente competente, uma gestão financeira, incluindo, naturalmente, a geração de capacidade de reinvestimento e de manutenção — é a solução eficaz.

É que o montante dos investimentos e o peso dos desinvestimentos que, efectivamente, estão em curso são de tal maneira significativos que é uma responsabilidade enorme para o decisor não garantir, à partida, que esses investimentos irão ter, no futuro, a sua viabilidade assegurada e fornecer um serviço de qualidade às populações.

É óbvio que, neste processo, como o Sr. Deputado referiu — o Sr. Deputado tem essa história —, houve algumas hesitações e, de alguma maneira, o caso da ETA de Tavira tem a ver com elas, já que as autarquias não tinham condições objectivas para assumir o projecto e, por-

tanto, foi já neste quadro de princípio que a administração central chamou a si a responsabilidade de construção da ETA, naturalmente com o acordo dos municípios.

Os Srs. Luís Filipe Madeira e Fialho Anastácio (PS): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró, que vai formular uma pergunta ao Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Ensino Superior sobre o montante global dos subsídios atribuídos durante os anos de 1990 e 1991 aos estabelecimentos do ensino superior não oficiais.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, como se encontra pela primeira vez aqui nesta Câmara, nesta legislatura, quero saudá-lo exactamente por esta sua estreia. Fico satisfeito que tal estreia seja feita através de uma resposta à minha bancada.

Quase que poderia iniciar com a velha frase «como fomos dizendo...», porque a pergunta que lhe vou fazer vem na sequência da intervenção que a nossa bancada fez ontem por causa do problema das propinas. E um dos pontos que parece absolutamente importante tomar em consideração no complexo do ensino universitário global, não apenas o público mas também o não oficial, e sublinho não oficial para o não restringir apenas àquilo que é, *stricto sensu*, conhecido por privado, porque, além do privado e do público, há a Universidade Católica.

Assim, pedimos que nos informe quais as espécies de subsídios e quais os montantes que o Governo dá ao ensino superior não oficial, por duas razões. Não é apenas a mera curiosidade ou — desculpe a expressão plebeia — a cuscuvilhice de saber o que cada um recebe. Só que são dinheiros do Estado, do contribuinte, destinados a uma missão fundamental, quase que um serviço público, porque os estudantes que não têm acesso ao ensino superior oficial por causa dos *numerus clausus* vão para o ensino superior privado.

Já no ano passado perguntámos ao Governo, na pessoa do seu antecessor, que espécie de inspecções, de controlo de avaliações havia sobre este ensino superior. Mas, hoje, o que nos interessa saber é o seguinte: todos nós sabemos que as propinas que os estudantes pagam nestas universidades privadas são muito elevadas, bastante elevadas — 20, 25, 27, chega até a 30 contos por mês. Por outro lado, os vencimentos dos professores são muito reduzidos, porque lhes são pagos em horas, uma vez que são geralmente professores do ensino público. Ganham como tal nas suas universidades e faculdades, vão depois para as universidades privadas, onde recebem o extipêndio (digamos assim) pelas horas dadas, conforme a sua categoria, nome, prestígio, já que não existe uma espécie de elenco de remunerações para esses professores. E também há os chamados salários indirectos, ou *fringe benefits*, como dizem os americanos, em que os professores têm os transportes pagos, recebem títulos de refeição e outros subsídios para depois não serem descontados no IRS ou sob outras formas.

Portanto, há um problema criado nestes estabelecimentos de ensino superior não oficial e o que sabemos é que todos eles têm lucro! E a primeira pergunta que surge ao espírito é esta: essas universidades são empresas com lucros. Cobram essas propinas aos estudantes. Pagam desta

maneira aos professores. A que título os subsídios do Estado? E quais são?

(O orador reviu.)

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Ensino Superior.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Ensino Superior (Alarcão Troni): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Narana Coissoró, em primeiro lugar, agradeço-lhe muito, no plano pessoal, as palavras amigas que proferiu no início das minhas funções como Secretário de Estado Adjunto e do Ensino Superior. Efectivamente, o ensino a que preferimos chamar não oficial, porquanto integra a Universidade Católica, que é uma universidade pública da Santa Sé, e como tal reconhecida desde 1970 pelo Governo português, tem sido subsidiada pelo Estado português. Portanto, embora não constasse expressamente da pergunta, considerarei também em pormenor a situação da Universidade Católica.

Em 1990, a Universidade Católica recebeu de subsídio do Estado aproximadamente 255 000 contos e em 1991 recebeu 294 000 contos. Por uma razão de transparência, penso dever ser acrescentada a este subsídio a importância, em 1990, de 58 550 contos e, em 1991, de 50 375 contos, que correspondem à comparticipação do Estado na bonificação dos juros num empréstimo do Tesouro para a construção da Escola de Biotecnologia do seu Pólo do Porto.

Relativamente aos outros estabelecimentos de ensino superior particular, disponho da lista dos subsídios e terei muito gosto em fornecê-la ao Sr. Deputado Narana Coissoró, bem como dar-lhe complementarmente todas as explicações que entender necessárias.

Num universo de 61 estabelecimentos de ensino superior privados autorizados, foram, em 1990, subsidiados 35 desses estabelecimentos, num montante global de 100 000 contos, de que lhe vou dar imediatamente a desagregação. Em 1991, o total de subsídios ao ensino superior privado foi de 128 000 contos, tendo sido abrangidas 29 instituições no mesmo universo de 61. Consequentemente, enfim, como o pedido foi feito — e tenho muito gosto em satisfazê-lo —, por arranjos de transparência vou desagregar-lhe o valor dos subsídios das instituições de ensino superior privado, uma a uma.

A Universidade Portucalense Infante D. Henrique em 1990 recebeu 8000 contos e em 1991 6000 contos.

O Instituto Superior de Gestão em 1990 não teve subsídio, em 1991 teve 4600 contos.

A Escola Superior de Jornalismo em 1990 recebeu 1500 contos e em 1991 não foi subsidiada.

O Instituto de Novas Profissões em 1990 recebeu 1400 contos e em 1991 não foi subsidiado.

O Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA)/Lisboa foi subsidiado com 1500 contos em 1990 e não foi subsidiado em 1991.

O Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA) recebeu em 1990 2600 contos e 6500 contos em 1991.

A Escola Superior Artística do Porto (que é a Cooperativa Árvore, como sabem) teve um subsídio de 3500 contos em 1990 e de 3400 em 1991, a que acrescem 5000 contos de um subsídio extraordinário dado pelo Gabinete do então Secretário de Estado do Ensino Superior e pelo meu próprio, com vista à viabilização desta escola de ensino superior privado, pelas suas grandes tradições e

inserção no tecido do ensino superior e, sobretudo, do ensino artístico da cidade do Porto.

A Universidade Lusfada recebeu 5000 contos em 1990 e 6000 em 1991.

O Instituto Superior de Assistentes e Intérpretes (ISAI) recebeu 4000 contos em 1990 e não foi subsidiado em 1991.

A Cooperativa de Técnicas Avançadas de Gestão e Informática recebeu 3400 contos em 1990 e 6500 em 1991.

A Universidade Internacional recebeu 2000 contos em 1990 e 2500 em 1991.

O Instituto Superior de Administração e Gestão (ISAG) em 1990 não foi subsidiado e em 1991 teve 1000 contos.

O Instituto Superior Politécnico Internacional (ISPI) recebeu 3300 contos em 1990 e 5000 em 1991.

A Escola Superior de Educadores de Infância Maria Ulrich foi subsidiada com 1000 contos em 1990 e em 1991.

A Escola Superior de Educação Paula Frassinetti foi subsidiada com 1000 contos em 1990 e em 1991.

A Escola Superior de Educação João de Deus foi subsidiada com 1000 contos em 1990 e em 1991 com 2000 contos.

O Instituto Superior de Ciências Educativas recebeu 3200 contos em 1990 e em 1991 4500 contos.

A Escola Superior de Educação de Torres Novas recebeu 1400 contos em 1990 e em 1991 2800 contos.

A Escola Superior de Educação de Santa Maria recebeu 1200 contos em 1990 e não foi subsidiada em 1991.

A Escola Superior Jean Piaget, Pólo de Almada, recebeu 3300 contos em 1990 e não foi subsidiada em 1991.

A Escola Superior Jean Piaget, em Arcozelo, recebeu 1100 contos em 1990 e não foi subsidiada em 1991.

O Instituto Superior de Ciências da Saúde de Lisboa foi subsidiado com 10 000 contos em 1990 e com 2900 em 1991.

O Instituto Superior de Ciências Dentárias do Porto foi subsidiado com 10 000 contos em 1990 e com 4200 em 1991.

O ISLA, Pólo de Santarém, recebeu 3700 contos em 1990 e 1000 em 1991.

O ISLA, Pólo de Bragança, recebeu 1800 contos em 1990 e não foi subsidiado em 1991.

O ISLA, Pólo de Gaia, recebeu 2200 contos em 1990 e não foi subsidiado em 1991.

O Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa foi subsidiado com 6000 contos em 1990 e com 10 000 em 1991.

O Instituto Superior de Serviço Social do Porto foi subsidiado com 1000 contos em 1990 e com 10 000 em 1991.

O Instituto Superior de Ciências da Informação e da Empresa recebeu 3000 contos em 1990 e 4500 em 1991.

O Instituto Superior de Humanidades e Tecnologia recebeu 1000 contos em 1990 e 4800 em 1991.

O Instituto Superior de Administração e Línguas (ISAL) foi subsidiado com 800 contos em 1990 e não foi subsidiado em 1991.

A Escola Superior de Arte e Design do Porto recebeu 4000 contos em 1990 e 8500 em 1991.

O Instituto Superior de Matemática e Gestão (ISMAG) foi subsidiado com 1000 contos em 1990 e não foi subsidiado em 1991.

A Escola de Tecnologias Artísticas de Coimbra foi subsidiada com 1000 contos em 1990 e não foi subsidiada em 1991.

O Instituto Superior de Tecnologias Avançadas foi subsidiado com 2000 contos em 1990 e não foi subsidiado em 1991.

A DINENSINO recebeu 2400 contos em 1990 e 1000 em 1991.

O Instituto Superior de Administração e Comunicação de Empresas ...

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Secretário de Estado?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Narana Coissoró, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — Sr. Presidente, o interesse desta listagem é grande, mas também não quero sujeitar o Sr. Secretário de Estado a lê-la na íntegra, pelo que solicitava a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que, em anexo à acta de hoje, a mandasse publicar.

(O orador reviu.)

O Sr. **Presidente**: — Assim se fará, Sr. Deputado. Faça favor de continuar, Sr. Secretário de Estado.

O **Orador**: — Agradeço a sua amabilidade, Sr. Deputado. Penso que a listagem tem interesse por uma razão óbvia de transparência para toda a Câmara, mas é evidente que é mais cómodo que venha publicada em anexo à acta.

Concluindo com uma especificação, ou consignação, se quiser, uma vez que estas instituições têm natureza lucrativa, o destino fundamental destes subsídios é num caso — o da Cooperativa Árvore — destinado à viabilização e consequentemente a não privar a cidade do Porto de uma escola superior privada de prestígio que faz parte do tecido cultural da cidade.

As restantes destinam-se fundamentalmente à formação de professores.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para formular um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — Sr. Secretário de Estado, gostaria de saber, e para que conste do *Diário*, por forma a que quem o quiser ler não tire falsas interpretações, por que razão é que há esse grande desnível entre 35 instituições que recebem 100 000 contos e uma única instituição que recebe cerca de 350 000 contos.

Em segundo lugar, quero saber se o Ministério da Educação, por um lado, tem alguma maneira de fiscalizar a aplicação dos subsídios e se, por outro, tem, efectivamente, fiscalizado a forma como os subsídios já atribuídos têm sido utilizados.

Em terceiro lugar, qual é o critério que se toma em consideração para fixar o montante do subsídio a atribuir e o que é que se espera quanto à política de subsídios com a nova estruturação do ensino superior privado — que, aliás, está há tanto tempo prometida, mas que ainda não saiu?

(O orador reviu.)

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Ensino Superior.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Ensino Superior: — Sr. Deputado Narana Coissoró, a diferença de 1 para 3 entre o subsídio ao ensino superior privado e à Universidade Católica...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Não é de 1 para 3! É de 35 para 1!

O Orador: — Não, Sr. Deputado, eu estava a falar no valor global, na medida em que são duas rubricas e, consequentemente, a Universidade Católica surge numa rubrica de subsidiamento e o ensino superior privado surge noutra. Portanto, a relação de 1 para 3 é nessa perspectiva e não desagregando a rubrica, como é óbvio!

Assim, essa diferença deve-se, por um lado, ao reconhecimento pelo Estado português dos vultuosíssimos investimentos que a Universidade Católica tem vindo a realizar quer em Lisboa quer em todos os seus pólos, à grande consideração que o Estado e toda a Nação portuguesa tem pela obra pedagógica da Universidade Católica e à grande qualidade do ensino prestado por esta Universidade.

Quanto à outra rubrica, os 100 e 120 000 contos destinados ao ensino privado, digamos que aqui há uma rubrica orçamental relativamente à qual o Ministério tem feito um rateio na base de um exame de qualidade, dentro de uma gama de subsidiamento que é, infelizmente, muito superior à verba orçamentada. Portanto, daqui resulta um rateio e os seus critérios decorrem de uma proposta da Direcção-Geral do Ensino Superior, que o meu antecessor homologou, mas que são critérios de toda a transparência que terei muito gosto em comunicar a V. Ex.<sup>a</sup> na medida em que faço tenção de segui-los.

Quanto à fiscalização, adiantaria, desde já, a situação presente e a alteração estrutural que pretendo introduzir. Na verdade, a fiscalização tem sido feita por amostragem — aliás, de forma, em meu entender, deficiente, por falta de recursos humanos —, por um departamento da Direcção-Geral de Ensino Superior, que é a IESP.

Ora, a proposta que apresentarei ao Ministro será a de que a Inspeção-Geral de Educação, na sua reestruturação e definição de carreira, ganhe uma valência nova, alargando as suas competências à inspecção do ensino superior quer no plano pedagógico quer no plano da administração escolar, o que, aliás, já está a acontecer relativamente ao ensino básico e secundário e teoricamente em relação ao ensino superior.

Quanto à avaliação destes 61 estabelecimentos e de mais uma longa fila de pedidos de licenciamento, penso que eles têm de assentar numa grelha rigorosa de avaliação da qualidade, pelas anunciadas *task forces* presididas por professores universitários de grande prestígio, que farão o diagnóstico sobre a qualidade na fase de pré-licenciamento e, depois, obviamente, temos de dotar a Inspeção-Geral de Educação de uma grelha de inspectores saídos do ensino superior, isto para que haja credibilidade na fiscalização no ensino superior.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta ao Sr. Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto

sobre a RTP Internacional, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Pereira Coelho.

O Sr. Paulo Pereira Coelho (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Antes de formular a pergunta, gostaria de fazer alguns considerandos sobre a temática que hoje aqui nos traz.

Fundamentalmente, gostaria de expressar em meu nome pessoal e da bancada do PSD — aliás, penso que toda a Câmara não deixará de o fazer — o elogio ao projecto da RTP Internacional, na medida em que se trata de um projecto nacional que terá um alcance enormíssimo, aproximando as comunidades portuguesas do solo pátrio e atendendo também a uma vertente de cooperação, em que, penso, todos estamos empenhados.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Por isso, esperamos que este projecto venha a conseguir esses desideratos para que Portugal afirme cada vez mais no mundo a sua cultura e a sua língua, por forma que elas sejam, de facto, preservadas.

Assim, Sr. Subsecretário de Estado, gostaria de colocar-lhe uma pergunta genérica que tem a ver com o anúncio feito, em devido tempo, desta iniciativa. Assim, se pudesse, gostaria que nos elucidasse sobre o que vai ser este projecto, quando arranca e que zonas vão ser abrangidas.

Enfim, gostaria que o Sr. Subsecretário de Estado tecesse algumas considerações sobre aspectos que importa esclarecer agora, dado que, tanto quanto sei, estamos a alguns dias do arranque do projecto da RTP Internacional.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto.

O Sr. Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto (Amândio de Oliveira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sr. Deputado Paulo Pereira Coelho ...

O Sr. António Braga (PS): — O Sr. Subsecretário de Estado merecia uma pergunta mais difícil!

O Orador: — Sr. Deputado António Braga, fico à espera dessa pergunta!

Sr. Deputado Paulo Pereira Coelho, aquando da apresentação do Programa do Governo nesta Assembleia, o Governo comprometeu-se a passar a emitir para as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, nomeadamente para os PALOP, programas de televisão em língua portuguesa.

O Sr. António Filipe (PCP): — O Governo ou a RTP?

O Orador: — Sr. Deputado, o Governo comprometeu-se, naturalmente, como tutela do serviço público de televisão e como suporte financeiro desse serviço. Nessa perspectiva, foi um compromisso posto no Programa do Governo, que, aliás, foi acolhido e aprovado por esta Câmara.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

**O Orador:** — Posteriormente, quando foi empossado o novo conselho de gerência da RTP, foi anunciada a data de 10 de Junho, Dia de Portugal, para que essas emissões começassem a ser transmitidas com regularidade.

Assim, neste momento, podemos anunciar que vai ser uma realidade essa emissão. Portanto, foi cumprida — e atempadamente! — uma promessa que foi feita no Programa do Governo.

O projecto da RTP Internacional visa servir todas as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo e abrangerá, nesta primeira fase, a Europa, a África e a Ásia e poderá, a partir do próximo dia 10 de Junho, ser vista por cerca de 2,1 milhões de portugueses espalhados pelo mundo, terá uma programação de 6 horas consecutivas diárias e terá como grandes objectivos os seguintes aspectos: manutenção dos laços com todos os portugueses; divulgação e manutenção da língua portuguesa junto dos PALOP — isto quando começávamos a registar uma sucessiva invasão de televisões de outros países europeus, a que teríamos de estar particularmente atentos; e, também, manter com algumas centenas de milhar de estrangeiros residentes fora dos seus países de origem, sobretudo na Europa, mas que usam a língua portuguesa como a sua língua, um laço com aquilo que de mais importante temos, a língua. Em todo o caso, consideramos que este projecto só peca por tardio.

Na verdade, neste projecto estão envolvidas verbas importantes, mas consideramos que todos os portugueses, onde quer que estejam, merecem este esforço financeiro, e este é um dos aspectos do serviço público de televisão que, naturalmente, merecerá apoio de todos nós.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — É um projecto que visa unir os Portugueses onde quer que eles estejam e dar a todos eles a possibilidade de ligação diária, precisamente no mesmo momento de qualquer residente no território nacional, com as grandes realidades do dia-a-dia do País.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Pereira Coelho.

**O Sr. Paulo Pereira Coelho (PSD):** — Sr. Subsecretário de Estado, para esclarecermos melhor o objectivo deste projecto, gostaria que nos dissesse algo sobre que tipo de acções é que estão a ser desenvolvidas para que este projecto possa ser suficientemente conhecido pelas pessoas a quem se dirige, ...

**O Sr. Mário Tomé (Indep.):** — Isso não tem sentido!

**O Orador:** — ... nomeadamente por todos os portugueses, porque, como é nosso entendimento, todos aqueles que são portugueses são mesmo portugueses e não há diferenças quanto à sua legitimidade em razão da nacionalidade.

*Risos do PS e do PCP.*

Por isso mesmo, Sr. Subsecretário de Estado, gostaríamos de saber quais são as acções no terreno que estão a ser levadas a cabo...

*Risos do PS e do PCP.*

... no sentido de que este projecto possa ser, logo de início, captado pela maior parte dos portugueses que estejam em condições de o fazer.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Carlos Coelho (PSD):** — Por que é que o PS estará tão inquieto com esta iniciativa?

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto.

**O Sr. Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Pereira Coelho, entendo, naturalmente, o regozijo de alguns dos Srs. Deputados da oposição, porque certamente consideram ser da mais elementar justiça que, quando em Portugal irão dispor, a curto prazo, da possibilidade de ver quatro canais, todos os nossos compatriotas espalhados pelo mundo tenham pelo menos a hipótese de ver um canal. É nessa perspectiva que entendo toda a alegria que reina nas bancadas da oposição.

*Aplausos do PSD.*

*Risos do PS e do PCP.*

**O Sr. Alberto Martins (PS):** — É o tal canal!...

**O Orador:** — O projecto da RTP Internacional cumprirá cabalmente a sua missão quanto maior for o universo de destinatários abrangidos por ele. Nessa perspectiva, a Radiotevisão Portuguesa tem vindo, junto das comunidades portuguesas no estrangeiro, a fazer a divulgação da forma de captação e a estabelecer inúmeros contratos com cadeias de televisão por cabo com vista à retransmissão dos seus programas. No tocante aos PALOP, fez directamente a instalação de antenas que permitam a recepção e retransmissão para os cinco países africanos de expressão portuguesa.

Esta é, obviamente, a perspectiva em que a RTP teria de se colocar ao lançar um novo produto (um novo canal) que visa servir os Portugueses. Fez, por isso, todos os esforços no sentido de que a captação pudesse ser, logo na fase inicial, o mais abrangente possível.

Não se trata, naturalmente, de um processo terminado, mas de um processo em curso, um processo que daqui a alguns meses abrangerá um maior número de portugueses espalhados pelo mundo.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — De seguida, o Sr. Deputado Luís Filipe Madeira irá fazer uma pergunta sobre o Código das Avaliações e suas incidências no imposto sucessório e na contribuição autárquica ao Sr. Subsecretário de Estado Adjunto da Secretaria de Estado Adjunta e do Orçamento.

*Risos do PS e do PCP.*

Antes, porém, informo que se encontram nas galerias a assistir à sessão alunos do Colégio Maristas de Carcavelos e do Colégio de Nossa Senhora da Bonança, aos quais prestamos a nossa homenagem.

*Aplausos gerais.*

Tem então a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Madeira.

O Sr. Luís Filipe Madeira (PS): — Sr. Presidente, Sr. Subsecretário de Estado Adjunto da Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento, confesso que não é da minha responsabilidade a designação tão extensa do Sr. Membro do Governo que aqui vem ter o incómodo de me ouvir. De qualquer modo, é um mero problema de terminologia.

Sr. Subsecretário de Estado etc. ...

*Risos do PS e do PCP.*

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Isso não é delicado nem apropriado!

O Orador: — ... a pergunta que lhe dirijo tem a ver com o código das avaliações, em relação ao qual poderei dizer, com alguma propriedade, que estamos na época do defeso.

No preâmbulo do Decreto-Lei n.º 442-C/88 — Código da Contribuição Autárquica — diz-se que «não é, contudo, possível dispor do Código das Avaliações no próximo ano» (ou seja, em 1989). De facto, isso não foi possível em 1989, nem em 1990, nem ainda em 1991, e parece que não o será em 1992. Provavelmente, a crer nas notícias que têm saído na comunicação social, será em 1993.

Compreende-se que assim seja porque, segundo parece, o futuro código das avaliações irá ter um impacto extremamente pesado no bolso de milhões de contribuintes. As notícias que têm saído — só nessas nos podemos abonar, embora algumas venham documentadas com fotocópias de supostos documentos, que estarão a ser estudados no Ministério das Finanças — são efectivamente suficientes para alarmar os Deputados e a opinião pública. Fala-se em aumentos que vão dos 90 aos 70 000 %. Citam-se casos exemplares e modelos de taxas autárquicas, como a que passa de 19 para 554 contos e a que passa de 77 escudos para 56 contos, num aumento de 71 519 %. A comunicação social que se tem preocupado com esta questão vai mesmo ao ponto de lhe chamar uma verdadeira hecatombe nacional, que irá atingir a população urbana e rústica com números exorbitantes.

Certas zonas do País, que o código das avaliações contemplará objectivamente, serão particularmente oneradas. Saliento a zona de Lisboa, a zona de Cascais-Estoril-Sintra, o Grande Porto, o Algarve e porventura a Região Autónoma da Madeira.

Isto é de molde a perguntarmos ao Governo o que é que este tem efectivamente programado nesta matéria. O que é que se passa sobre este assunto? Sabemos que há uma autorização legislativa, mas a verdade é que nela não são referidos critérios de avaliação. Pode o Governo dar-nos, até para sossegar a opinião pública, informação concreta e firme sobre os propósitos do Governo nesta matéria? Ou será que o Governo ainda não tem nada decidido sobre o código das avaliações?

O Sr. Subsecretário de Estado irá certamente satisfazer não só a minha curiosidade, como também a dos meus colegas nesta Câmara e a dos cidadãos portugueses em geral.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Subsecretário de Estado Adjunto da Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento.

O Sr. Subsecretário de Estado Adjunto da Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento (Vasco Matias): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Filipe Madeira, começo por dizer que não tenho qualquer incómodo em o ouvir e que até fico grato pela pergunta que acaba de me colocar, no sentido de clarificar esta Câmara sobre alguns aspectos que focou. Tais aspectos revelam bem, aliás, a confusão que se vai instalando nalguns espíritos. Penso, por isso, que é da maior utilidade transmitir esta mensagem de serenidade.

Na realidade, o Código das Avaliações é um documento essencial para conjugar com o Código da Contribuição Autárquica, como por diversas vezes foi salientado, designadamente no próprio momento da votação da autorização legislativa que a Assembleia concedeu ao Governo. Temos neste momento, de facto, um Código da Contribuição Autárquica que tem uma determinada filosofia, com base na qual as avaliações são feitas.

As orientações a que o Governo tem de obedecer são, obviamente, as que constam da lei de autorização legislativa. Nela se diz que se pretende uma maior equidade da tributação, um reforço da garantia dos contribuintes e uma determinação mais rigorosa da matéria colectável através de critérios objectivos, o que hoje em dia, infelizmente, face ao enquadramento jurídico que temos, não se passa.

Daf que o Governo esteja atento, nesta como noutras matérias. Eu próprio já proferi um despacho no âmbito das avaliações entretanto ocorridas, o que significa que o Governo tem acompanhado exaustivamente este problema, munindo-se de instrumentos que lhe permitam, de facto, saber se há desvios ou exageros nas avaliações que vão sendo efectuadas.

Relembremos aos avaliadores, muito concretamente à Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, os critérios legais a que, neste momento, estão sujeitos. O Governo está interessado em que, na realidade, seja feito um levantamento exaustivo de toda esta matéria para que, quando se detectem exageros ou se verifique incumprimento das normas legais, o Executivo tenha meios de actuar rápida e eficazmente.

Quanto à problemática que o Sr. Deputado levantou sobre as análises feitas no âmbito das avaliações referidas pela comunicação social, quero dizer que, de facto, essas notícias reflectem estudos, mas que valem o que valem. Na realidade, o Governo ainda não tomou uma posição definitiva quanto a essa matéria e, por consequência, esses estudos não são projectos definitivos, nem de perto nem de longe, do futuro código das avaliações. Gostaria que isso ficasse muito claro.

Estamos a estudar atenta e serenamente o problema, fazendo um levantamento exaustivo das implicações que o código das avaliações possa vir a ter, e os Srs. Deputados podem ficar tranquilos porque, de facto, nesse domínio, actuaremos com toda a ponderação, com todo o bom senso e de acordo com as preocupações e o enquadramento que a autorização legislativa naturalmente nos impõe.

Por consequência, Sr. Deputado, não vale a pena estar aqui a debater se as zonas de Lisboa, de Cascais ou quaisquer outras vão sofrer uma «hecatombe».

Como disse, o Governo está atento, está a proceder a um levantamento exaustivo da situação. Obviamente que há estudos em curso, como não pode deixar de ser, e em devido momento, face aos estudos que se fizerem, tiraremos as devidas conclusões e tomaremos as medidas que

forem oportunas. É assim que se tem feito e é assim que se continuará a fazer!

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Sr. Presidente: —** Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Madeira.

**O Sr. Luís Filipe Madeira (PS): —** Sr. Presidente, Sr. Subsecretário de Estado, de facto tenho razões para ficar tranquilo!? O Governo está atento, diz que deu instruções de acordo com critérios objectivos, mas sabe que esses critérios são tão objectivos que são susceptíveis de causar excessos, abusos e injustiças. Mas como o Governo está atento, ficamos tranquilos, nem que ele vá, depois, revogar as medidas tomadas, como aconteceu no caso da atribuição de pensões a ex-agentes da PIDE...

**O Sr. Ferraz de Abreu (PS): —** Muito bem!

**O Orador: —** É que, nesse caso, também estava atento e tinha critérios objectivos. Só que nós não queremos que, depois da «casa roubada, se ponham trancas à porta!»

Esperava que o Sr. Subsecretário de Estado nos tranquilizasse mais, mas apenas disse «confiem no Governo, porque o Governo está atento!» De facto, este é um Governo de grandes sucessos, mas esse sucesso pode ser grave para o País!

Esperava que, nesta matéria, o Executivo nos dissesse «vamos ser muito cautelosos», apontando depois as razões para tal.

Designadamente, tem o Governo consciência de que uma família de rendimentos menos que moderados provenientes de uma reforma que, por fatalismo do destino, seja proprietária de uma casa — suponhamos em Cascais —, que se depara com um beleguim fiscal que fixa o valor da casa em 50 000 contos, o que implicará que, de repente, passe a pagar por ano cerca de 400 ou 500 contos de impostos, terá de vender a casa para pagar o imposto? Está o Governo atento a esta situação? Não ouvi V. Ex.<sup>a</sup> referir-se-lhe.

Pensou V. Ex.<sup>a</sup> no caso de alguém que herda uma casa de família avaliada em 50 000 contos, situada no Algarve, que, embora seja uma casa vulgar construída há 80 anos, tem uma localização estratégica, a qual, para efeitos de imposto sucessório, é avaliada em 80 000 contos? Terá a casa de ser vendida para que os seus proprietários possam pagar o imposto sucessório? Sobre isto V. Ex.<sup>a</sup> não me disse nada e era sobre este aspecto que queria ser esclarecido.

Até que ponto este processo fiscal vai degradar e liquidar o já em crise mercado imobiliário? Pensaram VV. Ex.<sup>as</sup> que uma casa avaliada em 50 000 contos não tem esse valor na realidade, porque, no momento em que incidir sobre ela uma contribuição autárquica de mil contos por ano, ninguém a quer comprar? Não vale 50 000 contos porque ninguém a vai querer comprar! Quem é que compra uma casa para segunda residência, quando sabe que vai pagar de contribuição autárquica uma quantia semelhante?

Por exemplo, sabe V. Ex.<sup>a</sup> o que recai sobre um condomínio? Sabe que, por exemplo, numa urbanização da Quinta da Marinha — gente rica, com certeza! —, no Algarve ou na Madeira, para além das despesas do condomínio, que são centenas de contos por ano, não men-

cionando as de conservação, o proprietário vai pagar depois milhares de contos por ano de contribuição autárquica?

Tem o Governo conhecimento da «bomba» de efeito imediato que pode lançar sobre o mercado imobiliário em importantíssimas zonas de desenvolvimento do nosso País?

Esperava que o Governo tivesse dito que estava alerta para estes casos e para outros e que este processo teria em consideração este tipo de situações. Inclusivamente, poderia enumerar muitas mais, se o tempo de que dispo-nho mo permitisse.

O Governo diz apenas que está atento e que seguirá critérios objectivos que, todavia, são tão objectivos que ele próprio reconhece que vão permitir — porque se não, não o vinha aqui dizer — abusos, desajustes, excessos e injustiças.

Que ao menos esta pergunta permita que o Governo repense a situação antes de «pôr trancas à porta depois da casa roubada!»

**O Sr. Presidente: —** Para responder, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Subsecretário de Estado Adjunto da Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento.

**O Sr. Subsecretário de Estado Adjunto da Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento: —** Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de dar mais alguns esclarecimentos relativamente a esta matéria.

Em primeiro lugar, justamente para evitar abusos, excessos e injustiças, como citou o Sr. Deputado Luís Filipe Madeira, é que proferi aquele despacho. É justamente para que o Governo possa acompanhar a situação que existe neste momento, onde reconheço a existência de algumas injustiças, no âmbito não do Código das Avaliações mas do Código da Contribuição Predial, que determinei esta avaliação sistemática, por forma a que essas injustiças e esses abusos não ocorram. Este é o primeiro ponto que queria esclarecer.

**Vozes do PSD: —** Muito bem!

**O Orador: —** Em segundo lugar, é evidente, Sr. Deputado, que essas questões pontuais que levantou, as implicações que estas situações possam ter, estão a ser ponderadas pelo Governo, porque, se assim não fosse, provavelmente o Código das Avaliações já podia ter sido apresentado há mais tempo e com a maior das facilidades.

Estamos, pois, a ponderar estas situações em toda a extensão, daí que reconheçamos, com toda a tranquilidade, é certo, que é uma matéria difícil, pelo que temos de a ponderar e estudar, por forma a não haver decisões erradas.

**O Sr. António Braga (PS): —** Dêem garantias de que isso se vai passar!

**O Orador: —** Por outro lado, estamos balizados pela Lei do Orçamento. A objectividade é um dos critérios que pretendemos utilizar, porque, de facto, reconhecemos que nas avaliações feitas hoje em dia a objectividade não é a regra.

**O Sr. António Braga (PS): —** Mas dão-nos garantias ou não?!



O Orador: — Na realidade, hoje temos problemas sérios decorrentes da utilização de critérios que estão desactualizados e ultrapassados. Portanto, o Governo pode, com toda a tranquilidade, continuar a trabalhar. Aliás, a autorização legislativa, como sabem, é válida ao longo deste ano, pelo que o Governo apresentará o código das avaliações no momento em que julgar oportuno e for possível, mas os Srs. Deputados também podem ficar tranquilos quanto a essa matéria porque estamos, como é evidente, não só atentos como a reflectir e a ponderar todas as situações que o Sr. Deputado Luís Filipe Madeira citou. Aliás, o Governo está sempre atento. Quando, por exemplo, levantaram o problema das lavagens dos cupões, também nesse domínio o Governo já actuou.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. António Braga (PS): — Não podemos confiar. Não dá garantias!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a nossa próxima reunião plenária terá lugar na próxima terça-feira, às 15 horas, e terá um período de antes da ordem do dia com eventuais declarações políticas e como ordem do dia a discussão da proposta de lei n.º 24/VI — Alteração à Lei n.º 38/87, de 23 de Dezembro (Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais) e a proposta de resolução n.º 5/VI — Aprova, para ratificação, o Tratado sobre Forças Armadas Convencionais na Europa.

Está encerrada a sessão.

**Anexo à intervenção do Sr. Secretário  
de Estado Adjunto e do Ensino Superior**

**Financiamento ao ensino superior não público — 1990-1991**

MAPA I

(contos)

Universidade Católica Portuguesa			
		1990	1991
Subsídios .....	—	275 000	294 000
Empréstimo .....	Juros	35 236	27 053
Escola Superior de Biotecnologia .....	Amortização	23 322	23 322
<b>Total .....</b>	—	<b>313 558</b>	<b>344 375</b>

MAPA II

**Apoio financeiro às instituições**

(contos)

Estabelecimentos	1990 (*)	1991 (*)
Universidade Portucalense Infante D. Henrique	8 000	6 000
Instituto Superior de Gestão (ISG) .....	—	4 600
Escola Superior de Jornalismo (ESJ) .....	1 500	—
Instituto de Novas Profissões (INP) .....	1 400	—
Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA/Lisboa) .....	1 500	—
Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA) .....	2 600	6 500
Escola Superior Artística do Porto (ESAP) ...	3 500	(a) 8 400
Universidade Lusíada .....	5 000	6 000
Instituto Superior de Assistentes e Intérpretes (ISAI) .....	4 000	—

(contos)

Estabelecimentos	1990 (*)	1991 (*)
Cocite — Cooperativa de Técnicas Avançadas de Gestão e Informática .....	3 400	6 500
Universidade Internacional .....	2 000	2 500
Instituto Superior de Administração e Gestão (ISAG) .....	—	1 000
Instituto Superior Politécnico Internacional (ISPI) .....	3 300	5 000
Escola Superior de Educadores de Infância Maria Ulrich .....	1 000	1 000
Escola Superior de Educação Paula Frassinetti .....	1 000	1 000
Escola Superior de Educação João de Deus .....	1 000	2 000
Instituto Superior de Ciências Educativas (ISCE) .....	3 200	4 500
Escola Superior de Educação de Torres Novas .....	1 400	2 800
Escola Superior de Educação de Santa Maria .....	1 200	—
Escola Superior de Educação Jean Piaget — Almada .....	3 300	—
Escola Superior de Educação Jean Piaget — Arcozelo .....	1 000	—
Instituto Superior de Ciências da Saúde (Lisboa) .....	10 000	2 900
Instituto Superior de Ciências Dentárias (Porto) .....	10 000	4 200
Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA/Santarém) .....	3 700	1 000
Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA/Bragança) .....	1 800	—
Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA/Gaia) .....	2 200	—
Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (ISSSL) .....	6 000	10 000
Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP) .....	1 000	10 000
Instituto Superior de Ciências da Informação e da Empresa (ISCIE) .....	3 000	4 500
Instituto Superior de Humanidades e Tecnologias (ISHT) .....	1 000	4 800
Instituto Superior de Administração e Línguas (ISAL) .....	800	—
Escola Superior de Artes e Design (ESAD/Porto) .....	4 000	8 500
Instituto Superior de Matemática e Gestão (ISMAG) .....	1 000	—
Escola de Tecnologias Artísticas de Coimbra (ETAC) .....	1 000	—
Instituto Superior de Tecnologias Avançadas (ISTEC) .....	2 000	—
DINENSINO .....	2 400	2 000
Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra (ISSSC) .....	—	5 000
Instituto Superior de Artes Decorativas (Lisboa) .....	700	—
Instituto Erasmus de Ensino Superior .....	—	2 100
Escola de Enfermagem de São Vicente de Paulo .....	—	3 300
Escola Superior de Enfermagem da Imaculada Conceição .....	—	4 400
Instituto Superior de Administração, Comunicação e Empresa (ISAG) .....	—	1 000
Instituto Superior de Entre Douro e Vouga (ISVOUGA) .....	—	5 000
Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração (ISCIA) .....	—	2 000
Escola Superior de Desenvolvimento Social e Comunitário .....	—	7 000
Escola Superior de Ciências e Tecnologia .....	—	—
Instituto Superior de Línguas Administração (ISLA/Leiria) .....	—	1 000
<b>Totais/subsídios .....</b>	<b>100 000</b>	<b>133 000</b>
Estabelecimentos contemplados .....	35	29
Estabelecimentos autorizados .....	61	61

(\*) Formação de docentes.

(a) 5000 contos de subsídio destinado à viabilização da cooperativa.

*Eram 12 horas e 15 minutos.*



*Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:*

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

António Barbosa de Melo.  
José de Almeida Cesário.  
José Manuel da Silva Costa.  
Maria Margarida de Sousa.  
Pedro Manuel Passos Coelho.

Partido Socialista (PS):

Antero Gaspar Paiva Vieira.  
António Oliveira Guterres.  
Armando Martins Vara.  
Carlos Manuel Costa Candal.  
José Gameiro dos Santos.  
José Rodrigues dos Penedos.  
Luís Capoulas Santos.  
Rui Machado Ávila.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

André Valente Martins.

Partido da Solidariedade Nacional (PSN):

Manuel Sérgio Vieira Cunha.

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Adriano da Silva Pinto.  
António José da Motta Veiga.  
Fernando Santos Pereira.  
José Pereira Lopes.  
Manuel Casimiro de Almeida.

Manuel Costa Andrade.  
Manuel Simões Marques.  
Maria Helena Ramos Mourão.  
Marília Dulce Pires Morgado.  
Melchior Pereira Moreira.  
Pedro e Holstein Campilho.

Partido Socialista (PS):

António Domingues Azevedo.  
António José Martins Seguro.  
Elisa Maria Ramos Damião.  
Fernando Pereira de Sousa.  
João António Gomes Proença.  
José Eduardo Cruz Jardim.  
José Eduardo Reis.  
José Rebelo dos Reis Lamego.  
Júlio Miranda Calha.  
Manuel Alegre Melo Duarte.

Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Gomes Carvalhas.  
Lino Marques de Carvalho.  
Maria Odete dos Santos.  
Miguel Urbano Rodrigues.

Centro Democrático Social (CDS):

José Luís Nogueira de Brito.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

Isabel Maria Almeida Castro.

A DIVISÃO DE REDACÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPrensa Nacional-Casa da Moeda, E. P.

### AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



PORTE  
PAGO

1 — Preço de página para venda avulso, 6\$ + IVA; preço por linha de anúncio, 178\$ + IVA.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

**PREÇO DESTE NÚMERO 113\$00 (IVA INCLuíDO 5%)**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do *Diário da República* e do *Diário da Assembleia da República*, deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa-Códecs